

# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

## Concurso Público



Aplicação: 21/11/2006

**Cargo 4:**  
**Consultor Legislativo**

**TARDE**

Área de atuação: **Finanças Públicas**

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005).
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005), mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005).
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 9/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a prova prática: locais mencionados no item III.
- VI 12/3/2006 – Realização da prova prática: em locais e horários que serão informados na respectiva convocação.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**UnBC** **ESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDF = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois  
princípios que se combatem e regulam diversamente as  
atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se  
4 nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades  
rudimentares manifestavam-se eles, segundo sua  
predominância, na distinção fundamental entre os povos  
7 caçadores ou coletores e os povos lavradores.

10 Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética  
da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só  
atribuirá valor positivo às ações que sente ânimo de praticar  
e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades  
13 próprias do aventureiro — audácia, imprevidência,  
irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem — tudo,  
enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do  
mundo, característica desse tipo. Por outro lado, as energias  
16 e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são  
enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à  
estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem  
19 perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário,  
por viciosos e desprezíveis para eles.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 44 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 Na linha 18, a conjunção “e” tem a função de acrescentar um termo à enumeração que se inicia com “estabilidade”.
- 2 Embora elimine do texto a idéia de possibilidade, a supressão do auxiliar, na locução “podem assinalar-se” (l.1), mantém a coerência textual e a correção gramatical, desde que seja feita a flexão no verbo principal: **assinalam-se**.
- 3 Na linha 2, subentende-se, pelo desenvolvimento do texto, que o pronome **se** precede a forma verbal “regulem”, assim como precede a forma “combatem”.
- 4 Alteram-se as relações de sentido entre os termos sujeito e predicado da oração, mas preservam-se a coerência e a correção gramatical do texto ao empregar-se o verbo **encarnar** (l.3) em sua forma não-reflexiva, desde que seja retirada a preposição **em** que rege o termo “tipos” (l.4).
- 5 Pelo desenvolvimento textual, infere-se que a palavra “Já” (l.4) está empregada como conjunção de valor adversativo.
- 6 Na argumentação do segundo parágrafo, a palavra “ética” (l.8), nas duas ocorrências, está sendo empregada no seu sentido original de apreciação da conduta humana sob a perspectiva de uma determinada sociedade ou grupo.
- 7 Na linha 16, a inserção de duas vírgulas demarcando a oração subordinada “que se dirigem a uma recompensa imediata” preservaria a correção gramatical, mas atribuiria, necessariamente, à oração um sentido restritivo; o que contraria a argumentação do texto.

### O umbigo nacional — pensando no coletivo, agindo no individual. Os brasileiros hoje.

1 O título, sintomático, batiza uma abrangente  
pesquisa nacional que traz um diagnóstico não muito  
positivo sobre o caráter e a personalidade do brasileiro. A  
4 pesquisa identificou em que situações o tal jeitinho brasileiro  
vem à tona. “Ele vive cada dia como se fosse único e, apesar  
das convicções moralistas e politicamente corretas, acoberta  
7 falhas dos amigos no trabalho.” Entre os aspectos abordados  
— que vão da sexualidade à educação, passando por  
cidadania e hábitos de consumo —, esse espírito  
10 contraditório entre o *ser* e o *agir* parece ser o mais  
expressivo.

Juliana Vilas e Marina Caruso. *Istoé*, “Capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Referentemente ao texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 8 O texto não poderia constituir parte de um relatório oficial visto que, nele, são desrespeitadas as normas de redação oficial quanto ao emprego de aspas e de pontuação, especificamente no que se refere ao uso de travessão acompanhado de vírgula (l.9).
- 9 De acordo com a argumentação do texto, o diagnóstico “não muito positivo” (l.2-3) justifica-se pela idéia, presente no título, de o brasileiro pensar no coletivo, mas agir no individual, bem como pela idéia do “espírito contraditório entre o *ser* e o *agir*” (l.9-10).
- 10 Preservam-se a coerência da argumentação e o respeito às regras gramaticais ao se reescrever o trecho “em que situações o tal jeitinho” (l.4) como **situações que o tal jeitinho**.
- 11 Ficam preservadas a correção gramatical e a coerência da argumentação do texto caso se substitua a forma verbal “acoberta” (l.6) por um de seus possíveis sinônimos textuais, como, por exemplo, **corrige**.
- 12 Na linha 8, a expressão que sugere uma gradação, “vão da sexualidade à educação”, não é usada para estabelecer uma verdadeira gradação; ela constitui, apenas, recurso lingüístico para expressar uma enumeração.



## “Suas idéias não correspondem aos fatos...”

De acordo com a pesquisa, o brasileiro prega uma coisa e faz outra. Num questionário de meia hora, boa parte dos entrevistados caiu em contradição. Confira algumas:

95% declaram-se mais interessados em participar da vida em comunidade



MAS...

... apenas 4% citam trabalho social como sonho e projeto de vida



E...

... 78% concordam que o individualismo e o egoísmo cresceram nos últimos anos



Istoé, “capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência, julgue os itens seguintes.

- 13 Se “trabalho social como sonho e projeto de vida” fosse a resposta não de 4%, mas de apenas 1% dos brasileiros, a forma verbal empregada na explicitação do gráfico (“citam”) deveria estar flexionada no singular para que as regras gramaticais fossem preservadas.
- 14 Um documento oficial que incluísse, como uma de suas partes, os dados dos gráficos acima representados respeitaria tanto a coerência das informações quanto as normas de redação oficial desde que assim fosse redigido: De acordo com a pesquisa, o brasileiro caiu em contradição ao, 95%, declaram-se mais interessados em participar da vida comunitária, ao passo que menos de 5% tem o trabalho social como projeto de vida. Desses 78% consideram que o individualismo cresceu nos últimos anos.
- 15 O emprego da forma singular do verbo, em “boa parte dos entrevistados caiu em contradição”, atende às regras gramaticais porque reflete a concordância ideológica permitida pela identificação entre “entrevistados” e “brasileiro”.

- 1 A condição de viajante do mundo globalizado é sentida por quem busca uma compreensão profunda de sua história, sua cultura e sua identidade. Em consequência das
- 4 diferenças raciais, econômicas, regionais e econômico-sociais, o brasileiro facilmente se sente um estrangeiro diante dos seus compatriotas, apesar dos laços de língua e de
- 7 reconhecimento mútuo que os unem. Ainda existem barreiras culturais, dificilmente superáveis, que desafiam as noções ideológicas de identidade e semelhança.

Karl Erik Scholhammer. *O olhar antropológico – ou o fim do exótico*, p. 273 (com adaptações).

Considerando as idéias e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 16 Depreende-se da argumentação do texto que as “noções ideológicas de identidade” (l.8-9) estão vinculadas à cultura e à história.
- 17 É coerente com a argumentação do texto e gramaticalmente correta a seguinte paráfrase do primeiro período sintático: Quem busca uma compreensão profunda de sua história, de sua cultura e de sua identidade sente-se na condição de viajante do mundo globalizado.
- 18 Apesar de o pronome possessivo “sua”, nas três ocorrências às linhas 2 e 3, gramaticalmente poder ser associado tanto a “viajante do mundo globalizado” (l.1) quanto apenas a “mundo globalizado” (l.1), o desenvolvimento do texto mostra que a associação correta a ser estabelecida é com a segunda alternativa.
- 19 Se a expressão “dos seus compatriotas” (l.6) fosse empregada no singular, a coerência do texto seria preservada; mas, para que fosse respeitada a correção gramatical, seria necessário empregar, também, no singular, o pronome “os” (l.7).
- 20 Pelo valor semântico que a oração iniciada por “Ainda existem” (l.7) tem na argumentação do texto, iniciá-la por uma conjunção como **Embora** preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

Acerca da participação do governador do DF no processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- 21** Os únicos tipos de proposição legislativa que são submetidos à sanção do governador do DF são os projetos de lei distrital ordinária e os projetos de lei distrital complementar.
- 22** O governador do DF pode editar medidas provisórias distritais, em caso de urgência e relevância, observadas as limitações materiais definidas na LODF.

Acerca da CLDF e dos deputados distritais, julgue os itens seguintes.

- 23** É permitido a deputados distritais o exercício de cargo de secretário de governo na administração do DF.
- 24** A presidência da CLDF deve ser exercida pelo deputado distrital que obteve, individualmente, o maior número de votos na eleição em que conquistou seu mandato.
- 25** Salvo disposição expressa em contrário, seja da Constituição Federal, seja da LODF, as deliberações da CLDF são tomadas por maioria simples.
- 26** Nas sessões ordinárias da CLDF, o pequeno expediente deve anteceder o tempo destinado à ordem do dia.
- 27** A Comissão de Constituição e Justiça da CLDF é composta por vinte membros efetivos e cinco suplentes.
- 28** As decisões do colégio de líderes são tomadas pela maioria absoluta dos membros que o compõem.

Considerando que Gustavo seja membro da CLDF e exerça a função de terceiro-secretário, julgue os próximos itens.

- 29** Se Gustavo mudar de partido, ele perderá seu cargo na Mesa Diretora, salvo se o seu novo partido for do mesmo bloco parlamentar do anterior.
- 30** Gustavo pode ser preso, em flagrante delito, pela prática de crime de tortura.

Julgue os itens que se seguem, com referência à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais.

- 31** Um dos mais relevantes direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República é o da liberdade de locomoção, cuja proteção se faz, entre outros instrumentos, por meio do *habeas corpus*. Este pode ser impetrado por qualquer cidadão, mesmo que não seja advogado, pode ter caráter preventivo, isto é, pode servir para evitar lesão futura à liberdade de locomoção, e pode, ainda, atacar atos judiciais ilegais, até mesmo depois de transitarem em julgado.
- 32** Adotando-se a nomenclatura utilizada por Alexandre de Moraes, é correto afirmar que a Constituição brasileira é escrita quanto à forma, dogmática quanto ao modo de elaboração, promulgada quanto à origem, rígida quanto à estabilidade e analítica quanto à extensão.

No que respeita à organização do Estado e ao Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 33** As comissões parlamentares de inquérito (CPI), constituídas no Poder Legislativo, têm poderes de investigação análogos aos das autoridades judiciárias, mas, em relação à prisão, só podem decretá-la no caso de flagrante delito. Essas comissões podem, por outro lado, decretar medidas como a interceptação das comunicações telefônicas e buscas e apreensões; entretanto, para que essas medidas sejam válidas, esses atos devem ser fundamentados pelos componentes da CPI.
- 34** Não obstante o princípio federativo, o tratamento dos membros do Poder Legislativo, nas três esferas do poder político, não é rigorosamente análogo, de modo que eles não possuem as mesmas imunidades do ponto de vista formal e material.

Julgue os itens a seguir, no que se refere à tributação e às finanças públicas.

- 35** Devido à necessidade da lei orçamentária para o funcionamento da administração pública, o projeto dessa lei não pode ser vetado pelo presidente da República, a não ser nos casos de veto parcial, por inconstitucionalidade expressa.
- 36** A contribuição de melhoria é espécie de tributo que pode incidir quando, em razão de obra pública, houver valorização de imóvel particular; sua base de cálculo não deverá ser o valor integral do imóvel, mas a valorização que ele sofrer.
- 37** O princípio da anterioridade tributária significa que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado no mesmo exercício em que venha a ser cobrado pelo fisco; a razão desse princípio deriva da necessidade de que as receitas tributárias decorrentes dessa cobrança estejam previstas na lei orçamentária, a fim de se ordenarem a receita e a despesa do poder público.

No que diz respeito à LODF e à organização do DF, julgue os itens seguintes.

- 38** O governador do DF está sujeito a processo por crime de responsabilidade perante a CLDF, o qual pode ser instaurado por iniciativa de qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical; em se tratando de processo por delito comum, o governador deverá ser afastado do exercício das funções de seu cargo se a denúncia ofertada pelo Ministério Público for recebida pelo STJ, mas, caso o julgamento da acusação não ocorra no prazo de 180 dias, o afastamento cessará.
- 39** Nos termos expressos da LODF, constituem objetivos prioritários do DF construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 40** Considere a seguinte situação hipotética.  
Um cidadão era servidor público do DF e já preenchia as condições para obter aposentadoria. Veio a ser nomeado para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do DF e efetivamente entrou em exercício no órgão. Pouco mais de um ano após a posse e o exercício nas funções do cargo, requereu aposentadoria.  
Nessa situação, considerando-se o direito adquirido do interessado, ele poderia ser aposentado com as vantagens e direitos do cargo de conselheiro.

Julgue os itens que se seguem, quanto aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos.

- 41** Em face da exigência constitucional de concurso público para o preenchimento de cargos e empregos públicos — ressalvado, apenas, o exercício de funções de confiança —, não é juridicamente admissível a utilização de processos seletivos simplificados para o acesso de particulares ao serviço público.
- 42** O desaparecimento do ato administrativo não ocorre apenas por anulação e revogação, mas igualmente por outras causas, como o cumprimento de seu objeto e outras hipóteses de retirada do ato, a exemplo da caducidade e da cassação; esta última consiste na situação que ocorre quando o interessado deixa de cumprir condição necessária à permanência do ato.
- 43** Os recursos administrativos não admitem efeito suspensivo.
- 44** Por força das normas financeiras aplicáveis ao poder público, não é permitida a celebração de contrato administrativo cuja duração exceda a do exercício financeiro, até porque os créditos orçamentários não podem suplantam a duração do ano civil.

Acerca dos poderes da administração, dos princípios básicos da administração e dos serviços públicos, julgue os itens abaixo.

- 45** Nos serviços públicos, a titularidade do serviço não precisa ter identidade com a titularidade da prestação do serviço, razão pela qual é juridicamente possível que esta se encontre a cargo de entes que não integrem a estrutura orgânica do Estado.
- 46** Ainda que a comissão responsável por um processo administrativo disciplinar recomende a demissão de um servidor, por ter sido constatado o cometimento de falta grave, a autoridade competente pode deixar de aplicar essa pena, com base em avaliação discricionária do caso concreto.
- 47** Com a nova ordem constitucional, pacificou-se na doutrina que, por força do princípio da responsabilidade do Estado, este poderá ser condenado a indenizar o dano a que seus agentes derem causa, tanto por ação quanto por omissão, independentemente de dolo ou culpa.

Julgue os itens a seguir, em relação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões.

- 48** De acordo com a legislação em vigor, a licitação a realizar-se para a outorga da concessão de serviço público deve, necessariamente, ocorrer na modalidade de concorrência.
- 49** São requisitos indispensáveis para a instauração válida de qualquer licitação: existência de projeto básico que guie a execução do objeto do futuro contrato; exigência de recursos orçamentários que assegurem o pagamento do contratado; e registro da compatibilidade entre o objeto da licitação e o plano plurianual.
- 50** Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, um servidor que se recuse a submeter-se a inspeção médica determinada pela autoridade competente estará sujeito à pena de suspensão de até 15 dias; se, contudo, durante o cumprimento da penalidade, ele aceitar realizar a inspeção, a suspensão deverá ter seus efeitos interrompidos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na Constituição Federal, julgue os próximos itens, relativamente à aplicação da reserva legal e dos princípios orçamentários.

- 51** Na aplicação do princípio da reserva legal na esfera orçamentária, é prevista, em casos excepcionais, a exigência de que lei ordinária seja sujeita a *quorum* de maioria absoluta.
- 52** Conforme a Constituição Federal, o governo do Distrito Federal pode realizar despesas acima das dotações, desde que limitadas ao montante de 10% dessas dotações.
- 53** É constitucionalmente amparada uma lei que, aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, destine-se à abertura de crédito suplementar e permita a realização de operação de crédito que exceda o montante das despesas de capital, desde que atendidos os demais requisitos constitucionais.
- 54** Não é permitido à União fazer transferência voluntária de recursos para pagamento de despesas com pessoal ativo do Distrito Federal.
- 55** Na esfera federal, o produto da arrecadação das receitas de contribuições previdenciárias somente pode ser utilizado para gastos com saúde, assistência social e previdência social.

Ao estabelecer, em determinado projeto de lei, a vinculação de receitas, a Câmara Legislativa do DF deve submeter-se ao princípio da não afetação. Julgue os itens que se seguem, acerca da aplicação desse princípio.

- 56** Será válido um dispositivo contido na Lei Orçamentária distrital que vincule, sem prévia autorização legislativa, a aplicação de multa a determinada despesa.
- 57** Na aplicação do referido princípio, a Câmara Legislativa do DF somente está constitucionalmente obrigada a respeitá-lo no que tange à receita dos impostos.
- 58** É constitucionalmente válida uma lei aprovada pela Câmara Legislativa do DF que vincule uma parcela da receita do ICMS para a administração desse mesmo tributo.
- 59** A Constituição Federal permite que lei do Distrito Federal vincule parte da receita de impostos a determinado órgão.

Relativamente à classificação das despesas, julgue os itens subseqüentes.

- 60** Não há previsão, entre as possíveis modalidades de aplicação, para que um parlamentar, ao oferecer emenda ao projeto de lei orçamentária, inclua dotação para transferência a instituições privadas com fins lucrativos.
- 61** No atual modelo orçamentário brasileiro, o conceito de categoria econômica denominada despesas correntes está vinculado ao fato de que essas despesas não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- 62** Quando a Câmara Legislativa vota lei orçamentária cujas dotações são classificadas, entre outros critérios, pela modalidade de aplicação, torna-se possível a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

Ainda relativamente à classificação das despesas, julgue os itens seguintes.

- 63** No grupo de despesa denominado outras despesas correntes, estão inseridas, entre outras, as despesas destinadas a pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.
- 64** A classificação por natureza de despesa exige que, na elaboração da lei orçamentária, as dotações sejam detalhadas por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.
- 65** Se um deputado distrital deseja apresentar emenda ao projeto de lei do orçamento por meio da qual inclua dotação não-prevista no projeto, ele deverá obrigatoriamente alocar o crédito diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

Julgue os itens a seguir, que tratam da receita pública.

- 66** Na execução orçamentária, todas as receitas devem ser contabilizadas nas rubricas correspondentes à sua natureza, mesmo aquelas que não tenham sido previstas na lei orçamentária.
- 67** Um dos estágios da receita pública é o lançamento. Por meio do lançamento, a fazenda do DF verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, e inscreve o débito dessa pessoa.
- 68** Conforme a legislação vigente, a fazenda pública do DF deve fazer lançamento da receita das rendas com vencimento determinado em contrato.
- 69** A classificação por natureza de receita estabelece uma estrutura rígida que não permite ao DF promover qualquer alteração por sua própria iniciativa, nem fazer desdobramentos dos códigos definidos pela União.
- 70** Em razão do princípio da unidade de tesouraria, não é permitida ao governo do DF a fragmentação para criação de caixas especiais, devendo manter todos os recursos financeiros depositados em instituição financeira pública.
- 71** Em conformidade com a Lei Orgânica do Distrito Federal, os recursos financeiros das empresas públicas do Distrito Federal deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A.
- 72** Considere que um parlamentar distrital apresente projeto de lei determinando que os recursos financeiros de uma sociedade de economia mista sejam depositados em banco privado. Nessa situação, tal projeto é incompatível com a Lei Orgânica do Distrito Federal.

De acordo com a Lei Orçamentária do Distrito Federal que fixou a despesa e estimou a receita para o exercício financeiro de 2005, julgue os itens seguintes.

- 73** Em 2005, se o governador do DF desejou abrir créditos suplementares por meio do uso de superávit financeiro do ano de 2004, não esteve limitado àqueles recursos superavitários destinados a atender às mesmas ações em execução em 2005.
- 74** Os recursos repassados pelo Tesouro Nacional destinados ao pagamento de pessoal da saúde, da educação e da segurança pública não estão previstos na receita orçamentária do DF, assim como o desembolso desses recursos.
- 75** No orçamento fiscal da referida lei orçamentária, há investimentos dotados a empresas públicas que não estão no orçamento de investimentos das estatais do DF.
- 76** Para 2005, entre as fontes de receita do orçamento de investimento das estatais do DF de 2005, encontraram-se a geração própria, a participação acionária entre empresas e as operações de crédito internas.
- 77** O governador do DF foi autorizado, pela referida lei, a abrir, em 2005, créditos suplementares ou especiais, por meio de decreto, com a utilização tanto de anulação parcial de dotações como de excesso de arrecadação.

Além da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi aprovada lei que define crimes de natureza fiscal. Com base nessa lei, julgue os itens que se seguem.

- 78** Considere que um administrador deixe de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária até o encerramento do respectivo exercício financeiro. Nessa situação, esse administrador estará praticando crime comum.
- 79** Comete crime um administrador que realiza, em nome do governo, operação de crédito com banco brasileiro sem prévia autorização legislativa.
- 80** Será crime a realização, por um administrador do DF, de operação de crédito autorizada por lei distrital, em caso de o montante da dívida consolidada ultrapassar o limite máximo autorizado por lei federal.
- 81** Considere que um ordenador de despesa tenha autorizado a inscrição, em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada. Nessa situação, esse ordenador cometeu crime comum.

No que se refere ao controle exercido pela Câmara Legislativa do DF, julgue os próximos itens.

- 82** A cada ano, em até 60 dias após o início do exercício, o governador do DF deverá prestar à CLDF as contas relativas ao exercício anterior.
- 83** Entre os objetos de controle da CLDF, encontra-se a aplicação de subvenções, mas não a renúncia de receita.
- 84** Considere que uma empresa seja contratada pelo GDF para prestar serviços públicos de natureza contínua, em nome do governo. Nessa situação, as contas dos dirigentes dessa empresa deverão ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).
- 85** O ato de aposentadoria de servidor de uma fundação instituída e mantida pelo GDF deve ser apreciado pelo TCDF.

A ação do Estado tem sido crucial para garantir a produção eficiente e equitativa de bens públicos, bem como dos bens privados ofertados pelo setor público. Com relação à economia do setor público, particularmente, no que diz respeito às finanças públicas, julgue os itens a seguir.

- 86** Tradicionalmente, no Brasil, a rubrica orçamento de custeio e capital (OCC) foi, no período de alta inflação, a variável de ajuste das contas públicas.
- 87** Conforme a elasticidade da evasão fiscal em relação às alíquotas, um aumento da arrecadação pode exigir a redução das alíquotas tributárias.
- 88** A existência de bens públicos representa uma falha de mercado, porque o custo marginal de produção desse tipo de bem é nulo, de modo que a provisão de tais bens pelo mercado não é eficiente no sentido de Pareto.
- 89** A provisão pública de bens meritórios e semipúblicos, apesar de ser passível de exploração pelo setor privado por envolver bens caracterizados pela existência de rivalidade no consumo, justifica-se pelo fato de os referidos bens gerarem elevados benefícios sociais e externalidades.
- 90** A fixação de alíquotas uniformes para o imposto sobre produtos industrializados, com o objetivo de atender ao critério da neutralidade, pode entrar em conflito com o critério de progressividade, de acordo com o qual os bens consumidos pelas classes de alto poder aquisitivo deveriam ser fortemente tributados.
- 91** Nas modernas economias de mercado, o Estado, por meio do sistema de impostos e transferências, pode promover redistribuições da renda no sentido de reduzir as desigualdades sociais, embora isso implique perdas significativas de eficiência.
- 92** No curto prazo, políticas fiscais expansionistas que atuem por meio de subsídios aos investimentos resultam em níveis mais elevados de renda real, se a elasticidade da demanda de moeda, em relação à taxa de juros, for elevada.
- 93** Segundo o critério de flexibilidade, é desejável que a razão tributos/PIB seja pró-cíclica, isto é, aumente nos períodos de expansão econômica e se reduza durante as recessões.
- 94** Caso as reduções recentes das alíquotas do imposto sobre produtos industrializados, que caíram de 5% para zero, para tratores agrícolas e bens como caldeiras industriais, turbinas a vapor, compressores de gases e fornos industriais, gerarem déficits fiscais transitórios, financiados por meio de dívida pública, então o aumento da demanda agregada que se segue conduzirá a aumentos permanentes no nível de preços.
- 95** O aumento das contribuições sociais permite aos estados e municípios angariar mais recursos para o financiamento dos bens públicos e semipúblicos, em razão de essas contribuições integrarem os repasses constitucionais para as referidas esferas de governo.
- 96** Caso a desvalorização do real aumente a arrecadação obtida com o imposto de importações, a receita obtida por meio do ICMS também aumentará.
- 97** De acordo com os monetaristas, o financiamento de um déficit fiscal por meio de endividamento, em virtude da acumulação de juros, pode, no longo prazo, gerar taxas de inflação mais elevadas que aquelas que ocorreriam caso o financiamento se fizesse por meio de emissão monetária.
- 98** No que diz respeito aos limites de endividamento público, os precatórios judiciais não-pagos durante a execução do orçamento em que tiverem sido incluídos deverão integrar a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
- 99** Entre os componentes da dívida líquida do setor público, incluem-se a dívida mobiliária, a dívida bancária, os créditos do Banco Central do Brasil às instituições financeiras e a base monetária.

Em relação à mensuração do resultado fiscal e da dívida do setor público, julgue os itens seguintes.

- 100** A dívida líquida consolidada do DF, cujo limite de endividamento, determinado pelo Senado Federal, corresponde a duas vezes a receita corrente líquida, é composta por dívida mobiliária, dívida contratual e precatórios.
- 101** A mensuração calculada com base na forma chamada abaixo da linha consiste no levantamento de dois valores: o primeiro referente a todas as despesas executadas e o segundo, a todas as receitas realizadas durante determinado período; o déficit ou superávit público será determinado por meio da diferença desses valores.
- 102** No conceito primário, o resultado fiscal do setor público, além de expurgar a correção monetária e cambial, exclui, também, os ganhos de aplicações financeiras e os juros reais devidos e mede como as ações correntes do setor público afetam a trajetória de seu endividamento líquido.
- 103** As necessidades de financiamento do setor público, em seu conceito nominal, correspondem ao resultado da variação da dívida fiscal líquida, acrescida das despesas com juros nominais incidentes sobre a dívida líquida do setor público.
- 104** A redução significativa da poupança do governo, ao contribuir para aumentar o déficit público e diminuir a taxa de investimento da economia, revelou-se um dos principais problemas econômicos, durante a década de 80 do século passado.
- 105** O poder executivo do Distrito Federal (DF) está cumprindo o limite para gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que esse poder gasta menos que 49% de sua receita líquida com gastos de pessoal, incluindo-se, aí, as despesas com pessoal das áreas de saúde, educação e segurança.

As receitas na administração pública são utilizadas para a execução de despesas com o intuito de atender ao seu funcionamento e às demandas da sociedade. Na execução dessas receitas e despesas, ocorrem interferências e mutações no patrimônio das entidades públicas. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 106** Um sub-repasse provoca na unidade emitente uma interferência passiva.
- 107** A alienação de um veículo é tratada pela contabilidade pública como uma mutação ativa.
- 108** Quando houver redução de dívidas, as variações diminutivas do patrimônio líquido serão debitadas em contrapartida do passivo.
- 109** Operação de crédito por antecipação de receita é um exemplo de receita extra-orçamentária.

A administração pública registra em sua contabilidade os fatos financeiros, patrimoniais orçamentários e atos administrativos que executa, controlando-os em sistemas de contas independentes, autônomos e estanques. Acerca desses sistemas, julgue os itens que se seguem.

- 110** No registro de uma despesa efetiva, apenas os sistemas financeiro e orçamentário receberão lançamentos.
- 111** A obrigação a pagar referente a aquisição de empréstimos autorizados na lei orçamentária é registrada no sistema patrimonial.
- 112** No sistema financeiro, é controlada a posição da receita prevista.
- 113** As superveniências são registradas no sistema de compensação.
- 114** No sistema de compensação, o registro de um ato administrativo é lançado a crédito em uma conta do ativo compensado.
- 115** Liquidação da despesa é um fato administrativo registrado no sistema orçamentário.

Com referência ao patrimônio público, à contabilidade e a suas particularidades, julgue os itens seguintes.

- 116** Sob o aspecto quantitativo, o patrimônio é entendido como um complexo de bens e meios econômicos, heterogêneos, coordenados, que, em um determinado momento, encontra-se à disposição de uma entidade, para que esta realize seus fins.
- 117** A contabilidade pública tem, entre os seus objetos, os registros de atos administrativos que não afetam o patrimônio.
- 118** A reavaliação de bens móveis é facultativa na administração pública.
- 119** Bens dominiais são os de uso comum, entre os quais incluem as praias, os rios, as praças e as estradas.
- 120** Os bens de uso especial são contabilizados, inventariados e passíveis de alienação.



## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

---

Entre os instrumentos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, está o relatório de gestão que, consoante o art. 54 dessa lei, no que se refere ao Executivo, será assinado pelo chefe desse poder. Todavia, o parágrafo único do mesmo art. 54 está assim redigido.

*Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada poder ou órgão referido no art. 20.*

Considere que determinado deputado distrital tenha entendido que a referência ao Poder Legislativo no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal permitiria que a Câmara Legislativa do DF dispusesse acerca do citado relatório. Assim sendo, solicitou à consultoria legislativa da CLDF que elaborasse um projeto de lei que:

- a) definisse o dever de cada secretaria de estado do Distrito Federal e de cada autarquia e fundação de apresentar seu próprio relatório, a ser incorporado ao relatório geral do Poder Executivo do Distrito Federal; e
- b) estabelecesse o conteúdo do relatório, em conformidade com o que é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

---

Na condição de consultor legislativo designado para elaborar o projeto de lei solicitado pelo deputado distrital acima referido, escreva o referido texto do projeto de lei, observando, necessariamente, as seguintes regras:

- ▶ não escreva qualquer título, ementa ou indicação inicial de seu projeto;
- ▶ inicie o texto na 1.<sup>a</sup> linha, com o art. 1.<sup>o</sup> de seu projeto;
- ▶ na primeira linha seguinte ao último artigo de seu projeto, escreva a palavra “JUSTIFICATIVA” e, na linha posterior, inicie sua justificativa;
- ▶ não aponha qualquer expressão ou palavra após o último parágrafo de sua justificativa.

# RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

# RASCUNHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	